

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.831 - SP (2018/0338016-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : SIDNEI ISSAO KONO
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA E OUTRO(S) - SP147954
RECORRENTE : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E
OUTRO(S) - SP273843
RECORRIDO : OS MESMOS
INTERES. : QUALICORP S.A
REPR. POR : MAURICIO CESHIN
REPR. POR : GRACE CURY DE ALMEIDA GONCALVES TOURINHO
ADVOGADOS : CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA E OUTRO(S) -
BA014133
PEDRO ALMEIDA CASTRO - BA036641
RENATA SOUSA DE CASTRO VITA - BA024308

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão da seguinte forma ementado:

PLANO DE SAÚDE. MAJORAÇÃO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL DE CONTRATANTE QUE COMPLETOU 59 ANOS. CLÁUSULA DE REAJUSTE QUE PREVÊ O AUMENTO CONFORME MODIFICAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA. ABUSIVIDADE CONFIGURADA NO CASO CONCRETO. OS ÍNDICES DE REAJUSTE CONTRATUALMENTE PREVISTOS EXCEDEM OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO N. 63/2003 DA ANS. REPETIÇÃO DO VALOR PAGO EM EXCESSO PELA CONTRATANTE NA FORMA SIMPLES. RECURSO REPETITIVO (RESP 1.568.244 RJ). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1- Apelação interposta contra a sentença que julgou improcedente a ação, uma vez que o reajuste por mudança de faixa etária aos 59 anos é lícito.

2- O contrato de seguro saúde celebrado entre as partes previa reajuste de mensalidade, por ocasião da alteração da faixa etária da segurada (59 anos ou mais). Em princípio, a estipulação de reajuste da contraprestação, observando faixa etária do contratado, por si só,

não é ilegal. Contudo, no caso concreto, o percentual aplicado superou parâmetro estabelecido pela Resolução nº 63/2003 da ANS, foi abusivo. Adequação do índice para 43%.

3- Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do especial, aponta a parte recorrente violação dos arts. 932, IV, "c", e 1.040, II, do Código de Processo Civil, associada a dissídio jurisprudencial, sob o argumento de que o acórdão local não respeitou o entendimento desta Corte firmado sobre o reajuste de mensalidades de planos de saúde. Afirma que em virtude de restabelecer o equilíbrio financeiro, se faz necessário o reajuste da mensalidade ao segurado que muda de faixa etária, possibilidade permitida por lei, não sendo ato abusivo por parte da operadora do plano de saúde.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 461-463, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local, no exame da questão e fazendo referência ao que decidido no REsp 1.568.244/RJ, consignou que (fls. 277-281):

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.568.244 RJ, reconheceu a legalidade do reajuste por mudança de faixa etária, desde que haja previsão contratual, com todos os grupos etários e percentuais de reajuste correspondentes.

Da leitura da cláusula 14.3 do contrato de seguro saúde coletivo estabelecido com a ré (fls. 75), é possível notar que contempla expressamente variação do prêmio por mudança de faixa etária, sendo que entre a primeira e a sétima faixa, a variação é de 110,9%, e para àqueles que estiverem situados entre as sétima e décima faixa etária, a modificação é de 156,97%.

(...).

Assim, é compreensível a previsão contratual da modificação de valores das mensalidades, conforme o aumento da faixa etária, devido ao aumento da procura dos serviços médicos prestados, o que promove a preservação do equilíbrio da relação jurídica estabelecida entre os contratantes.

(...).

Nesse diapasão, tal majoração também não deve impor aos usuários

onerosidade excessiva. Na hipótese dos autos, a majoração do plano em 89,07%, conforme bem explicitado no v. acórdão mencionado, quando o autor completou 59 anos, revelou-se abusiva.

Na ausência de qualquer cálculo atuarial ou apuração da contadoria sobre o percentual aplicado (se estaria de acordo com a RN 63/2003), adota-se o índice de 43% [156,97% (relativo à soma da sétima a décima faixas etárias) 110,9% (relativo à soma da primeira a sétima faixas etárias) = 46,07% à 89,07% (59 anos) 46,07% = 43%].

Destaco que, no julgamento do RESP 1.280.211/SP, a Segunda Seção, ao apreciar a possibilidade de previsão de reajuste da mensalidade dos usuários idosos, em contrato individual de plano de saúde, ratificou a orientação quanto à ausência de vedação ao reajuste da mensalidade por mudança de faixa etária do usuário com mais de 60 anos, considerando válida a previsão de majoração, desde que presentes as condições estabelecidas no referido RESP 866.840/SP, encontrando-se a ementa, no que interessa, assim redigida:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA DO CONTRATO DE SEGURO SAÚDE QUE PREVÊ A VARIAÇÃO DOS PRÊMIOS POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA PELO ACÓRDÃO ESTADUAL, AFASTADA A ABUSIVIDADE DA DISPOSIÇÃO CONTRATUAL. INSURGÊNCIA DA SEGURADA.

(...)

2. Inexistência de antinomia entre o Estatuto do Idoso e a Lei 9.656/98 (que autoriza, nos contratos de planos de saúde, a fixação de reajuste etário aplicável aos consumidores com mais de sessenta anos, em se tratando de relações jurídicas mantidas há menos de dez anos). Necessária interpretação das normas de modo a propiciar um diálogo coerente entre as fontes, à luz dos princípios da boa-fé objetiva e da equidade, sem desamparar a parte vulnerável da contratação.

2.1. Da análise do artigo 15, § 3º, do Estatuto do Idoso, depreende-se que resta vedada a cobrança de valores diferenciados com base em critério etário, pelas pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, quando caracterizar discriminação ao

idoso, ou seja, a prática de ato tendente a impedir ou dificultar o seu acesso ao direito de contratar por motivo de idade.

2.2. Ao revés, a variação das mensalidades ou prêmios dos planos ou seguros saúde em razão da mudança de faixa etária não configurará ofensa ao princípio constitucional da isonomia, quando baseada em legítimo fator distintivo, a exemplo do incremento do elemento risco nas relações jurídicas de natureza securitária, desde que não evidenciada a aplicação de percentuais desarrazoados, com o condão de compelir o idoso à quebra do vínculo contratual, hipótese em que restará inobservada a cláusula geral da boa-fé objetiva, a qual impõe a adoção de comportamento ético, leal e de cooperação nas fases pré e pós pactual.

2.3. Consequentemente, a previsão de reajuste de mensalidade de plano de saúde em decorrência da mudança de faixa etária de segurado idoso não configura, por si só, cláusula abusiva, devendo sua compatibilidade com a boa-fé objetiva e a equidade ser aferida em cada caso concreto. Precedente: REsp 866.840/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 07.06.2011, DJe 17.08.2011.

(...)

(REsp 1280211/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/4/2014, DJe 4/9/2014.)

Nesse sentido, observo que o Tribunal de origem concluiu que o reajuste efetuado está de acordo com o disposto na Resolução Normativa n. 63/2003 da ANS, leva em consideração o equilíbrio econômico, que não pode ser exarcebado para o autor, e nem irrelevante para os serviços prestados pela parte ré. Assim, o reexame da causa esbarra nas disposições dos enunciados n. 5, 7 e 83 da Súmula desta Corte.

A propósito, veja-se:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SAÚDE SUPLEMENTAR. SEGURO SAÚDE. CONTRATO COLETIVO POR ADESÃO. REAJUSTE ANUAL E AUMENTO POR FAIXA ETÁRIA. DESCABIMENTO DA LIMITAÇÃO DO REAJUSTE ANUAL AOS ÍNDICES ESTABELECIDOS PELA ANS. AUMENTO POR FAIXA ETÁRIA. SUJEIÇÃO À PROPORCIONALIDADE ESTABELECIDNA NA RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS 63/2003.

1. Controvérsia em torno da validade de reajustes anuais e aumento

por faixa etária em contrato de plano de saúde coletivo por adesão.

2. Descabimento da limitação dos reajustes aos índices autorizados pela ANS, pois essa autarquia reguladora não controla o percentual de reajuste de planos coletivos de saúde.

3. Invalidez dos aumentos por mudança de faixa etária estabelecidos por contrato, em desconformidade com a proporção estabelecida na Resolução Normativa ANS 63/2003.

4. Redução do percentual de aumento por faixa etária até o limite da proporcionalidade estabelecida na Resolução Normativa ANS 63/2003.

5. Aplicabilidade do Tema 952/STJ, por analogia, ao caso dos contratos coletivos.

6. Prescrição trienal da pretensão de repetição do indébito (Tema 610/STJ).

7. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1729320/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 9/8/2018.)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso.

Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, devidos pela parte ora recorrente, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora